

# Ser Afro no Brasil: o racismo institucionalizado e a luta sócio cultural

FERNANDA DE ARAÚJO PATROCÍNIO

Este texto representa uma breve amostra dos resultados obtidos na pesquisa *O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção editorial didática voltada à lei 10.639/2003 e a apropriação dos professores*<sup>1</sup>, concluída em 2016. O objetivo é analisar como a afro-brasilidade é representada em produtos editoriais didáticos, após a implementação da lei 10.639/2003, que institucionaliza o direito ao acesso à História e à cultura afro e afro-brasileira nas escolas. Para tanto, nos apropriamos da ferramenta da narratologia a fim de identificar como se dá as nomeações, adjetivações, ações atribuídas e direito a fala referente aos sujeitos envolvidos na narrativa didática. Além disso, elaboramos um questionário com perguntas abertas e fechadas que foi aplicado aos professores dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul. O intuito da pesquisa foi verificar como se dá a apropriação dos professores (e a comunidade escolar) com relação à lei e ao material analisado, no que diz respeito ao acesso cidadão da afro-brasilidade e ao combate ao racismo.

---

1 Para saber mais sobre a pesquisa e ter acesso ao trabalho, escreva um e-mail para a autora (Fernanda de Araújo Patrocínio): faraujopatrocinio@gmail.com.

## **CONTEXTO: RACISMO INSTITUCIONALIZADO**

Segundo Fabiana Moraes (2013, p. 66), a cor escura da pele pode provocar julgamentos, imprecisões e mesmo gestos preconceituosos dos educadores dentro da sala de aula – e entre os estudantes também. Nota-se que a cor da pele é tida como uma construção social, que pode, até mesmo, determinar o sucesso ou não de um indivíduo dentro de uma sociedade plural, porém racista.

Jovens negros ainda são recordistas na evasão escolar – vide que, somente em 2015, cerca de 51% dos jovens negros entre 15 e 17 anos estão matriculados no Ensino Médio, ou seja, 49%, dos antes matriculados no Ensino Fundamental, desistiram (IBGE, 2014). Moraes (2013, p. 68) conclui que, dentre os vários fatores para este índice de evasão, está a dificuldade de interação e o desânimo perante um sistema formal em um ambiente nem sempre favorável à pluralidade.

Com relação às dificuldades encontradas pelos professores em lidar com a temática afro-brasileira e mesmo se relacionar com alunos de variadas etnias, Moraes (2013, p. 69) destaca os desencontros com relação à auto declaração e à classificação subjetiva dos professores com relação ao reconhecimento de cor/etnia de seus alunos. Vale ressaltar que, no Brasil, a classificação étnica é muito ligada à pigmentação da pele de cada indivíduo – considerando-se, por vezes, a ancestralidade como segundo plano. Possibilitar que o aluno se autodeclare está ligada à noção de pertencimento e reconhecimento do indivíduo em grupo, a qual deveria ser trabalhada e respeitada dentro do ambiente escolar – sem a interferência da classificação externa. Ceder à classificação baseada no etnocentrismo é também negar o direito à afro-brasilidade e marginalizar indivíduos, sua cultura e ancestralidade.

O problema da ausência ou da sub-representação de indivíduos negros e da afro-brasilidade também encontra suas consequências no espaço escolar que, em tese, é um local democrático e plural. Não necessariamente os professores são racistas e nem sempre os gestos e as classificações são racionalizadas, mas na sociedade nota-se equívocos ao lidar com o racismo – ao invés de ser combatido, muitas vezes, ele é reforçado, inconscientemente. Dessa forma, nota-se o cruzamento de fronteiras culturais e o cultivo de identidades ambíguas (considerando, sobretudo, a construção brasileira para identidades) – ou seja, a consolidação de uma estratégia política para a construção identitária (SILVA, 2009) de um indivíduo ou de um grupo; no caso aqui estudado, os afro-brasileiros.

A escola tem papel decisivo na Educação e na formação dos indivíduos, de modo que não se pode mais separar as interfaces entre a Comunicação e a Educação – considerando-se,

assim, também as políticas sociais intrínsecas na Educomunicação. Esta é entendida como campo interdisciplinar de interface, intersecção e interrelação (SOARES, 2011, p. 13), proporcionando o diálogo e a troca simbólica e cultural entre educador e educando, de modo a formar sujeitos críticos e políticos (BACCEGA, 2011, p.31).

Acerca da Educomunicação, Adilson Citelli e Maria Cristina Costa afirmam que:

Em uma síntese, é possível conceber a Educomunicação como uma área que busca pensar, pesquisar, trabalhar a educação formal, informal e não formal no interior do ecossistema comunicativo. Posto de outro modo, a comunicação deixa de ser algo tão somente midiático, com função instrumental, e passa a integrar as dinâmicas formativas, com tudo o que possa ser carreado para o termo, envolvendo desde os planos de aprendizagem (como ver televisão, cinema, ler o jornal, a revista; a realização de programas na área do audiovisual, da internet), de agudização da consciência ante a produção de mensagens pelos veículos; de posicionamento perante um mundo fortemente editado pelo complexo industrial dos meios de comunicação (2011, p. 8).

Assim, segundo Soares (2001), pode-se entender que o tempo pedagógico faz do *modus comunicandi* uma forma de exercício de poder. Tanto a autonomia do leitor, quanto a “Possibilidade de um ecossistema comunicativo marcado pela dialogicidade implica a descentralização da palavra autorizada e a transformação das relações sociais internas do espaço escolar” (p. 24). Solange Couceiro de Lima (2011, p. 57) atenta à diversidade na Educomunicação, ressaltando a lei 10.639/2003 e a importância de disciplinas como História, Língua Portuguesa, Arte e Geografia contribuírem com a prevenção do racismo, o reforço da autoestima de discentes afrodescendentes, de modo a formar cidadãos solidários. Assim, entendemos que a Educomunicação trata também de uma proposta acerca do combate ao racismo estrutural.

## **NO MATERIAL DIDÁTICO E NA ESCOLA**

A historicidade da lei 10.639/2003 está relacionada às demandas da população, sobretudo do movimento negro, bem como a necessidade do reconhecimento das manifestações culturais afro-brasileiras – como reconhecimento da própria identidade brasileira. Ou seja, resultado de lutas que só vieram a partir da segunda metade do século XX e começo dos anos 2000 – a lei 10.639 surgiu em 2003, por exemplo, e é consequência de tais demandas.

Tal política pública não veio como um reconhecimento institucional gratuito, mas, sim, como o resultado de negociações e lutas do movimento negro.

As reflexões acerca da representação da cultura afro-brasileira na sociedade brasileira atual é o ponto central deste trabalho. Considerando o contexto da globalização neoliberal, problematiza-se esta África fragmentada e que ajuda a compor a identidade, a representação e a cultura brasileira. Reconhecemos a legitimação de políticas públicas inclusivas com relação à afro-brasilidade, mas questionamos esta democracia que, apesar dos avanços sociais no último século, ainda precisa ser efetivada no sentido de garantir o direito do cidadão brasileiro a aprender sobre as raízes africanas que compõem nossa cultura.

Considerando Milton Santos (2002) e Boaventura de Sousa Santos (2009), pensamos que esta necessidade revela ainda a ocorrência de um olhar do Norte com relação ao Sul, ou seja, uma epistemologia imperialista e colonialista, que utiliza o Norte como padrão político-social-simbólico para interpretar o contexto brasileiro. Desse modo, a busca pelo reconhecimento da plena cidadania afro-brasileira vem como uma tentativa de superação de tal pensamento opressor.

O título da dissertação remete à busca pela cidadania intermediada pela Educação. O livro e o axé dizem respeito à relação do conhecimento formal pelo instrumento livro com a força sagrada que remete ao candomblé e à ancestralidade. Por isso, o erê, que quer dizer criança ou o espírito infantil, relaciona-se ao Ganga Zumba – metáfora para o professor, resgatando o nome do primeiro líder do Quilombo dos Palmares, o tio de Zumbi. As representações e apropriações que verificaremos neste trabalho são frutos justamente das respostas acerca de tais relações, intermediadas aqui por dois curtas-metragens e pelas respostas dos professores de Santa Maria (RS) e Mogi das Cruzes (SP). As produções midiáticas escolhidas para a análise são a cartilha *Relações étnico-raciais e de gênero*<sup>2</sup> (2007) e seus dois módulos: “Ética” e “Convivência democrática” – mais precisamente, os dois curtas-metragens que as compõem, sendo eles *O xadrez das cores* (2003) e *Vista minha pele* (2004), respectivamente.

O curta-metragem *O xadrez das cores* é proposto para se trabalhar a questão das diferenças, sobretudo o racismo e a tensão entre classes sociais. Nele evidencia-se uma relação hostil e abusiva, com resquícios colonialistas entre uma patroa branca e uma empregada negra. A relação se constrói em torno do jogo de xadrez, que funciona como metáfora das

---

2 A série *Relações étnico-raciais e de gênero* é composta por quatro módulos, que são divididos nas seguintes cartilhas: módulo 1 “Ética”; módulo 2 “Convivência democrática”; módulo 3 “Direitos Humanos”; e módulo 4 “Inclusão social”.

relações sociais, baseadas no poder e na mobilidade social, considerando sua força produtiva e os atores sociais.

*Vista a minha pele* também propõe o debate em sala de aula acerca das questões raciais. Além disso, traz, como proposta para o diálogo, o exercício da empatia, uma vez que na película se invertem as posições sociais. Enquanto os negros são a hegemonia sociocultural e representacional naquela sociedade relatada, os brancos, em sua maioria, são a periferia, ligados à pobreza e à escravidão.

Para a interpretação destes produtos midiáticos que compõem as cartilhas, nos apropriamos da ferramenta da narratologia para analisar a representação da cultura afro-brasileira (ou seja, nomeações, adjetivações, ações atribuídas, conflitos, tensões e negociações), fundamentada nos 10 valores civilizatórios afro. Tais valores são: circularidade, religiosidade, corporeidade, musicalidade, cooperativismo, ancestralidade, memória, ludicidade, energia vital (axé) e oralidade.

Neste artigo, apresentamos os caminhos que tomamos na dissertação. As reflexões de forma mais profundadas e detalhadas estão na dissertação, conforme já explicado.

Após negociação com as Secretarias Estaduais de Educação dos Estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul, conversamos com os docentes de cada um destes estados. Dividimos o trabalho em dois momentos: primeiro realizamos entrevistas fechadas com os assessores afro ou coordenadores responsáveis pelo conteúdo referente à afro-brasilidade; posteriormente, conduzimos as entrevistas fechadas com professores de Língua Portuguesa, História e Arte das cidades de Mogi das Cruzes (SP) e Santa Maria (RS). Na primeira etapa, repassamos as perguntas a 30 assessores afro (RS) e a 91 coordenadores afro (SP) – obtivemos 5 respostas do RS e 85 respostas de SP. Na segunda etapa, repassamos a entrevista fechada a 317 docentes de Santa Maria das disciplinas destacadas e obtivemos 5 respostas; em Mogi das Cruzes obtivemos 253 respostas, porém a Diretoria de Ensino da cidade não soube precisar o total de professores que lecionam Língua Portuguesa, História e Arte atualmente sob jurisdição daquela Diretoria.

As entrevistas fechadas, concedidas pelos professores de São Paulo e do Rio Grande do Sul, revelam a relação entre o racismo institucionalizado e a escola. Além das respostas dos docentes de ambos os Estados, com a série de negativas e a constatação da efetivação das diretrizes da lei na sala de aula, destacamos o número de professores da rede estadual gaúcha que participou da pesquisa: 10 contra 338 em São Paulo. Outro fato que nos dá base para afirmarmos a presença do racismo institucionalizado é a própria UFSM: apesar de coletivos e grupos de pesquisa voltados à temática afro-brasileira, há a resistência em

se concretizar a existência do curso voltado à História e à cultura afro-brasileira nas licenciaturas voltadas à Educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após esta reflexão, percebemos que há diferença entre o dispositivo da lei 10.639/2003 e a disposição com relação à lei. Ou seja, institucionalizar o direito ao acesso ao conhecimento da História e da cultura afro-brasileira é diferente da disposição em efetivá-la, pô-la em prática. As situações expressas nos dois curtas-metragens e, principalmente, nas falas dos professores evidenciam este paradoxo, por intermédio da resistência de indivíduos perante o convívio intercultural – marcando-se o eu e o outro. Assim, nota-se o paradoxo entre a existência da política pública com os atores sociais envolvidos (destacamos os professores) e a resistência e a dificuldades destes para se apropriarem da lei, a fim de efetivá-la.

As respostas advindas dos professores são o reflexo de uma sociedade e tais denúncias e evidências de lacunas e preconceitos são a constatação da falha sistêmica, burocrática e pessoal. Afinal, não são todos os indivíduos que se permitem experienciar a alteridade e toda experiência de vida é bagagem para interpretarmos o mundo – imagine, então, leitor, o papel social do professor diante deste panorama e os riscos que esta falta de experiência pode trazer à sala de aula e à formação dos discentes. Dessa forma, uma rede que deveria ser fortalecida, amparada pela lei para que os indivíduos conheçam mais sobre a identidade e História nacional (por intermédio da afro-brasilidade), rompe-se, justamente porque a institucionalização difference-se da efetivação. Em outras palavras, o fato de existir a lei não garante que ela seja cumprida e que o conteúdo afro-brasileiro e questões acerca da realidade do povo negro brasileiro, como o racismo, sejam abordados.

Enfatizamos que, a partir do nosso percurso teórico, procuramos evitar armadilhas do racismo e do preconceito, de modo que não procuramos retratar o indivíduo negro e a cultura afro-brasileira com base no colonialismo e nem em qualquer tipo de desqualificação. A vigilância da pesquisa foi para que o trabalho pudesse percorrer a trajetória da inter e da transculturalidade na leitura da afro-brasilidade. Os dois curtas-metragens aqui trabalhados, porém, partem do pressuposto do racismo e do preconceito de classe, temas os quais é impossível não se abordar também considerando as respostas dos professores. O intuito de nossa análise é o de dar equilíbrio ao percurso teórico que escolhemos, de modo a dar luz aos dois às reflexões dos dois objetos empírico escolhidos – os filmes e as entrevistas. Além disso, as películas fazem parte de produtos didáticos montados, justamente, para subsidiar a lei 10.639/2003. Vale lembrar que: endossamos a opinião dos professores de que, falar sobre o racismo, a violência simbólica e a condição da população negra no Brasil

hoje, é fundamental para entendermos o nosso próprio contexto, que parte do Sul para o Sul. Destacamos também as consequências da própria História do Brasil: afinal, trata-se de um país que foi invadido e colonizado, que teve genocídio indígena e hoje tem o da comunidade negra jovem e periférica, além de ter adotado o regime escravista (desistindo deste somente devido às demandas capitalistas de consumo, sem qualquer tipo de indenização) – fatos que contribuem para a marginalização da população negra atualmente, interferindo também na representação afro-brasileira.

Retomando as questões introdutórias que conduziram nossa pesquisa, verificamos que as políticas inclusivas provêm de demandas sociais e necessidades históricas de reparação social, feitas a partir do diálogo entre sociedade e seus representantes políticos. A representação simbólica da cultura e do indivíduo afro-brasileiro é um direito fundamental para a interpretação e o entendimento da História brasileira por intermédio de sua pluralidade, considerando-se as tentativas de apagamento e silenciamento dos resquícios africanos da identidade nacional. Portanto, iniciativas como a lei 10.639/2003 e a produção de materiais editoriais didáticos para subsidiar professores e alunos são importantes, pois, estes podem conhecer e debater as influências e a presença da cultura afro-brasileira em nosso dia a dia. O autoconhecimento, a afirmação e o empoderamento destes cidadãos, ilustrados, muitas vezes, como sujeitos à margem da sociedade e dos direitos civis, são as principais transformações que as políticas inclusivas podem trazer à sociedade.

Em um país que vive seu período pós-colonial e onde 53% da população se autodeclara negra e parda, é necessário refletir, problematizar e intervir sobre práticas preconceituosas, acerca do racismo institucionalizado e das discrepâncias sociais. Pensar o Sul a partir do Sul, ou melhor, o Brasil a partir do Brasil é, justamente, encarar a temática da cultura afro-brasileira como pauta a ser discutida por toda a sociedade e enfrentada com políticas públicas a começar pela escola – local social subsidiado por produtos editoriais, como os curtas-metragens em estudo, e onde muitos têm os primeiros contatos com o diferente, o não-familiar.

Inserido neste cenário, nosso objetivo foi investigar as representações dos indivíduos e da cultura afro-brasileira nas produções editoriais didáticas, voltadas à temática trabalhada pela lei 10.639/2003. De forma mais específica, os curtas-metragens *O xadrez das cores* e *Vista minha pele* foram as produções selecionadas para analisarmos e dialogarmos acerca da identidade, da História e da cultura afro-brasileira, bem como as representações dos indivíduos afro-brasileiros na produção editorial didática.

Nosso objetivo, ainda, foi, a partir de exemplos midiáticos inseridos ao longo da dissertação e da retomada histórica de elementos que fazem parte da identidade brasileira, promover o diálogo, visando medidas democráticas e inclusivas relacionadas à cultura afro-brasileira e à Educação. O nível simbólico das representações midiáticas editoriais nos é bastante caro neste trabalho por um todo – não à toa, os dois curtas analisados exploram a negritude e o empoderamento da mulher negra, debatendo questões de gênero e etnia. O mapeamento que fizemos com as produções editoriais didáticas voltadas a subsidiar a aplicação da lei 10.639/2003, em nossa dissertação, visa servir de guia para consulta e auxiliar na compreensão acerca da apropriação de políticas públicas inclusivas. Para tal, nos importou saber como se dá a representação do sujeito e da cultura afro e afro-brasileira – e, por isso, destacamos as nomeações, as adjetivações, as ações atribuídas aos indivíduos, bem como os conflitos, as tensões, as negociações e as relações de poder. Diante deste contexto, entendemos por imprescindível a compreensão acerca do processo de circulação e apropriação dos materiais didáticos e da própria lei 10.639/2003 por parte dos professores. Isso porque o primeiro contato com os materiais escolhidos é deles e é a partir da gestão do docente que tais questões são trabalhadas em sala de aula. Dessa forma, também como objetivo específico, destacamos os entre-lugares e as relações de conflito e poder no corpus destacado – as negociações sociais feitas a partir dos lugares de fala e do direito ao outro de ocupar espaços.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Filmes:

ARAÚJO, Joel Zito. **Vista minha pele**. Brasil, 23 min 50s, 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bxJvKnW9JYs>>. Acesso em 2 jun. 2015.

SCHIAVON, Marco. **O xadrez das cores**. Brasil, 21 min 6s, 2004. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=NavkKM7w-cc>>. Acesso em: 4 mai. 2015.

### Livros:

BRASIL; CONGRESSO NACIONAL; CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Estatuto da igualdade racial**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/estatuto-da-igualdade-racial>>. Acesso em: 20 out. 2015.

CITELLI, Adilson; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs). **Educomunicação – construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

LIMA, Solange Martins Couceiro de. “Comunicação & Educação: um olhar para a diversidade”. In: CITELLI, Adílson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs). **Educomunicação – construindo uma nova área de conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

MORAES, Fabiana. **No país do racismo institucionalizado**: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. Recife: Procuradoria Geral da Justiça, 2013.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização** – do pensamento único à consciência universal. São Paulo, Record, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA-SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2009. Disponível em: <[http://www.biblio.fae.ufmg.br/webbiblio/Bibliografia2013\\_arquivos/renovarateoriacrtitica%20Santos%20127%20p.pdf](http://www.biblio.fae.ufmg.br/webbiblio/Bibliografia2013_arquivos/renovarateoriacrtitica%20Santos%20127%20p.pdf)>. Acesso: 5 set. 2014.

## A AUTORA

**FERNANDA DE ARAÚJO PATROCÍNIO** - *O livro e o axé, o erê com Ganga Zumba: representações afro-brasileiras na produção editorial didática voltada à lei 10.639/2003 e a apropriação dos professores*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Midiática da Universidade Federal de Santa Maria, 2016. Trabalho orientado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosane Rosa.